



ENGAJAMENTO EFICAZ COM PARLAMENTOS: UM GUIA PARA ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS





O ParlAmericas é a principal instituição de promoção da diplomacia parlamentar no âmbito do sistema interamericano. Composto pelas legislaturas nacionais das Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe, o ParlAmericas promove o diálogo político cooperativo, facilita o intercâmbio de boas práticas legislativas e produz recursos personalizados para apoiar parlamentares em seu trabalho. Sua Secretaria Internacional tem sede em Ottawa, Canadá.



A presente publicação foi possível graças ao generoso apoio do Governo do Canadá, por meio do seu Ministério de Assuntos Globais (Global Affairs Canada – GAC, sigla em inglês).

Publicada em setembro de 2025.

ÍNDICE

Introdução.....	4
Engajamento com Parlamentos: Uma Jornada de Ativismo que Vale a Pena	4
Compreendendo o Ativismo Legislativo: O Parlamento é o Canal Certo?	5
Responsabilidades do Parlamento	6
Melhore o “pedido”	13
O que fazer e o que evitar.....	13
Conheça as particularidades do sistema parlamentar do seu país.....	14
Monte sua base de evidências	16
Use suas evidências para elaborar mensagens bem articuladas.....	17
Comunique-se e estabeleça relações com parlamentos	18
Engajamento por meio de canais parlamentares formais	20
Explore estratégias de ativismo informal	21
Recorra a redes e coalizões	22
Faça acompanhamento e mantenha o engajamento	23
Anexo	25



INTRODUÇÃO

Interações com parlamentos podem oferecer caminhos altamente eficazes para que organizações feministas¹ ampliem sua influência em espaços de tomada de decisão e abram portas para mudanças políticas com impactos positivos e duradouros. Ao fortalecer relações com órgãos parlamentares e seus membros, organizações feministas podem se posicionar melhor para influenciar agendas estratégicas, defender marcos legais em prol da igualdade de gênero e assegurar que suas perspectivas sejam representadas em processos legislativos.

Em 2022 e 2023, o ParlAmericas conduziu uma pesquisa com mais de 200 representantes de organizações feministas das Américas e do Caribe sobre sua relação com o parlamento. Os resultados, apresentados nos relatórios *O que Ouvimos para a América Latina* (2023) e *Caribe* (2022), mostram que as organizações feministas reconhecem o valor de intensificar seu ativismo junto aos órgãos legislativos nacionais. Os relatórios destacam os mecanismos de ativismo mais comumente utilizados e revelam os desafios enfrentados no processo.

Em colaboração com organizações parceiras, o ParlAmericas também promoveu sessões de capacitação com o objetivo de fortalecer os esforços de ativismo legislativo de organizações feministas da [América Latina](#) e do [Caribe](#). Essas sessões reuniram mais de 200 representantes da sociedade civil de 30 países da região.

Um dos principais aprendizados das pesquisas e sessões de capacitação do ParlAmericas foi a importância do intercâmbio de boas práticas entre organizações feministas sobre como se engajar com os parlamentos. Essas trocas de conhecimento têm o potencial de gerar resultados concretos nas metas de ativismo pela igualdade de gênero, ao promoverem aprendizado coletivo e colaboração.

Esta publicação reúne uma série de estratégias e reflexões sobre o ativismo legislativo, com base nas experiências de organizações feministas de todo o hemisfério. Ela contém dicas, recursos úteis, exemplos ilustrativos e lições aprendidas, tanto com casos de sucesso quanto de fracasso, no engajamento com órgãos legislativos na luta pelo empoderamento feminino e pela igualdade de gênero.

Muitas das práticas e marcos apresentados são inspirados no movimento de [parlamento aberto](#), que prioriza a participação cívica como exercício dos direitos democráticos, por meio de métodos como a cocriação de iniciativas legislativas entre o público e os tomadores de decisão. Quando acessíveis e relevantes, esses instrumentos de participação cívica podem ampliar a diversidade de perspectivas e elevar a qualidade dos debates sobre temas que impactam a vida das mulheres ou de populações subatendidas.



ENGAJAMENTO COM PARLAMENTOS: UMA JORNADA DE ATIVISMO QUE VALE A PENA

Os órgãos parlamentares desempenham papel crucial na formulação de políticas e orçamentos nacionais que impactam diretamente a conquista da igualdade de gênero, tornando-se espaços vitais para o ativismo feminista. Eles têm o poder de aprovar leis sensíveis ao gênero, alocar ou

¹ Para os fins deste documento, o termo organizações feministas é utilizado de forma ampla, referindo-se a entidades não governamentais lideradas majoritariamente por mulheres, incluindo membros da comunidade LGBTIQ+ e outras populações historicamente marginalizadas. Essas organizações atuam a partir de uma perspectiva feminista e se especializam em temas relacionados aos direitos das mulheres, à igualdade de gênero e/ou à transversalização de gênero.

fiscalizar o repasse de recursos para serviços essenciais e cobrar do poder executivo a devida prestação de contas quanto a compromissos assumidos com relação aos direitos das mulheres e à igualdade. Direcionar esforços a parlamentares e demais atores legislativos pode ser a chave para transformar as demandas das organizações feministas em mudanças legislativas e institucionais concretas e sustentáveis, aproveitando o poder da mobilização pública e do ativismo de base.

Organizações feministas podem recorrer a diferentes mecanismos ao se engajarem com parlamentos e parlamentares. Por exemplo, comissões parlamentares, debates e inquéritos oferecem oportunidades estruturadas para a apresentação de evidências e perspectivas diversas em discussões sobre políticas públicas, influenciando não apenas decisões imediatas, mas também mudanças sistêmicas de longo prazo. Outras abordagens menos formalizadas de se engajar com parlamentos e o processo decisório também podem desempenhar papel essencial na manutenção da atenção e vontade política em torno de causas importantes, contribuindo para a implementação de ações concretas que melhorem a vida de mulheres, meninas e demais membros de comunidades tradicionalmente marginalizadas.

As organizações feministas das Américas e Caribe têm uma sólida trajetória na luta por mudanças, utilizando tanto canais formais quanto informais, que incluem:

- ✓ Participação em assembleias públicas e reuniões comunitárias;
- ✓ Manifestações públicas ou marchas em frente ao prédio do parlamento;
- ✓ Participação como especialistas convidadas em comissões;
- ✓ Contribuições orais ou escritas a iniciativas legislativas em processo de análise;
- ✓ Apresentação de petições e outras solicitações formais ao parlamento;
- ✓ Uso de ferramentas digitais para participação cidadã on-line.

Caso de Sucesso



O [Fórum Nacional de Mulheres em Partidos Políticos](#) (FONAMUPP) e a [Associação de Mulheres Parlamentares e ex-Parlamentares](#) (APARLEPXA) do Panamá contribuíram para a elaboração do projeto de lei que originou a [Lei nº 184](#) (2020), sobre violência política baseada em gênero. A liderança dessas organizações garantiu que fossem mencionadas explicitamente no texto da lei como integrantes de um conselho da sociedade civil instituído para assessorar sua implementação.

É importante lembrar que as e os parlamentares têm o dever de representar e servir a todos os membros da sociedade, assegurando que as decisões tomadas reflitam as necessidades de toda a população. O engajamento público ativo é parte essencial de uma democracia funcional, na qual todas as vozes devem ter a oportunidade de serem ouvidas nos processos de tomada de decisão.



COMPREENDENDO O ATIVISMO LEGISLATIVO: O PARLAMENTO É O CANAL CERTO?

Um primeiro passo em sua jornada de ativismo legislativo, como representante de uma organização feminista, é determinar se os parlamentos nacionais são o canal adequado para seus esforços.

Como pilar fundamental da democracia representativa, os parlamentos, enquanto **ramo legislativo** do governo, são responsáveis por desenvolver, reformar e aprovar as leis que definem a forma e os limites das políticas públicas e outras medidas regulatórias. Além disso, os parlamentos fiscalizam o poder executivo por meio de diferentes mecanismos de controle (como sabatinas e comissões de inquérito), aprovam orçamentos nacionais, representam as e os eleitores e debatem temas de interesse público.

⚙️ Se o seu objetivo for propor novas leis, modificar leis existentes, chamar a atenção do público para questões de igualdade de gênero ou ampliar os recursos públicos destinados a iniciativas voltadas ao gênero, o engajamento com os parlamentos nacionais pode ser um canal eficaz para avançar essas demandas. Mais informações sobre essas ações são fornecidas abaixo.

Todavia, determinadas questões podem não ser adequadamente resolvidas apenas por meio de uma resposta legislativa, ou exclusivamente no âmbito nacional. Tenha em mente que:

- ❗ O **poder executivo** é responsável por implementar e fazer cumprir leis, administrar programas governamentais e fiscalizar o funcionamento cotidiano de diversos órgãos e agências públicos.
- ❗ Algumas questões podem estar sob **jurisdição subnacional**, o que significa que devem ser tratadas por governos municipais, provinciais ou estaduais, e não pelo parlamento nacional. Isso se aplica de modo especial a federações,² onde poderes e responsabilidades são divididos entre dois ou mais níveis de governo.

Também é importante levar em conta que, em determinados casos, já pode existir uma lei, regulamento ou procedimento interno em vigor, mas persistem obstáculos ou falhas em sua implementação, impedindo que o problema identificado seja efetivamente solucionado. Nesses casos, para evitar a super-regulamentação, uma estratégia de ativismo direcionada às autoridades responsáveis pela implementação pode ser mais eficaz para alcançar as mudanças almejadas.



A super-regulamentação refere-se à aplicação excessiva ou demasiadamente complexa de regras e leis, resultando na criação de barreiras burocráticas que aumentam o ônus de conformidade e dificultando a atuação significativa, especialmente para os órgãos responsáveis pela implementação que enfrentam limitações de recursos ou capacidade operacional. Em vez de estimular mudanças sistêmicas, a super-regulamentação pode acabar reduzindo ações potencialmente transformadoras a meras formalidades, comprometendo avanços reais em igualdade de gênero e inclusão. Além disso, quando os regulamentos ultrapassam o necessário para alcançar seus objetivos de política pública, eles podem involuntariamente gerar brechas e contradições com outras leis, além de provocar resistência ou críticas de atores que consideram o aumento de exigências regulatórias como algo intrusivo ou desestabilizador.

Responsabilidades do Parlamento

Conforme mencionado anteriormente, os parlamentos têm áreas específicas de atuação que podem ser, em termos gerais, classificadas como: legislação/elaboração de leis; aprovação do orçamento nacional; representação; e fiscalização do poder executivo. Cada uma dessas áreas oferece pontos de entrada importantes para o ativismo de organizações feministas e é mais apropriada para determinados tipos de demandas.

2 Há seis federações na região das Américas e Caribe: Argentina, Brasil, Canadá, México, São Cristóvão e Nevis e Estados Unidos.

Aprovação ou alteração de leis

Uma das funções mais conhecidas do parlamento é a elaboração de leis, i.e., redigir, aprovar, emendar e revogar legislações. Essa função molda o arcabouço legal que rege um país. Por meio dela, as organizações feministas podem aproveitar oportunidades concretas para promover reformas de leis e políticas alinhadas aos seus objetivos.



Cada país possui seu próprio conjunto de regras sobre como um projeto de lei se converte em lei. Para apoiar o seu engajamento, o Anexo ao final deste guia contém uma visão geral dos processos legislativos nos diferentes sistemas de governo do hemisfério.

As organizações feministas podem buscar se envolver nesse processo para:

- ✓ Propor ações legislativas sobre questões emergentes;
- ✓ Apoiar ou se opor a um projeto de lei em análise no parlamento;
- ✓ Sugerir revisões ou reformas em leis existentes;
- ✓ Contribuir com conhecimentos técnicos e experiências vividas para moldar o conteúdo de projetos de lei; e/ou
- ✓ Advogar pela revogação de leis discriminatórias ou ultrapassadas.

Pontos de entrada para ativismo e ação em relação ao processo legislativo:

- ✓ **Fase de elaboração de projeto de lei:** As organizações feministas podem se envolver na concepção e redação de projetos de lei, oferecendo pesquisas, propostas e compartilhando legislação modelo com parlamentares, a fim de moldar o conteúdo do projeto de lei antes mesmo de sua apresentação formal ao parlamento.
- ✓ **Engajamento com parlamentares:** Agende reuniões formais e informais para apresentar perspectivas do eleitorado e conquistar apoio para a sua causa.
- ✓ **Fase das comissões:** Envie briefings e materiais escritos, participe por meio de depoimentos orais em audiências públicas ou resposta a convites para contribuições do público e de especialistas.
- ✓ **Mecanismos de participação cidadã:** Quando possível, envie propostas e outras contribuições por meio de gabinetes de participação cidadã, aplicativos móveis, processos de petição ou outros mecanismos existentes em seu parlamento.
- ✓ **Momentos cruciais de tomada de decisão:** Organize campanhas e promova mobilização em torno de debates e votações decisivos, visando ampliar a visibilidade e exercer pressão.



Dica! Leis Modelo

Dependendo do seu objetivo, consulte leis modelo e legislações de outros países da [Região do Caribe \(CARICOM\)](#) e do [Sistema Interamericano](#), visto que podem ser adaptadas às necessidades e sistemas jurídicos locais. A Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) possui uma série de leis modelo que refletem elevados padrões em diferentes questões ligadas à igualdade de gênero, elaboradas em colaboração com comitês regionais de especialistas.



Dica! Procedimentos diferentes para determinados tipos de leis

Determinados tipos de legislação podem seguir regras e trâmites específicos.

Algumas reformas de lei requerem emendas constitucionais, que seguem trâmites próprios e que não podem ser burlados. Exemplos incluem a inclusão ou ampliação de direitos fundamentais previstos na constituição ou mudanças na estrutura e composição de órgãos legislativos.

Alguns países também possuem regras específicas sobre a atuação do parlamento, ou de determinadas câmaras parlamentares, na proposição de leis que afetam o orçamento público. Por exemplo, em alguns países, o Congresso não pode aumentar os níveis de gastos sem a aprovação da Presidência. Em outros, apenas a câmara baixa tem competência para apresentar projetos de lei que impactam os gastos públicos.



Caso de Sucesso

A organização *Raise Your Voice Saint Lucia* obteve sucesso em seu ativismo por alterações ao Projeto de Lei de Violência Doméstica, exercendo pressão política estratégica no contexto das Eleições Gerais de 2020. A organização promoveu diversas campanhas educativas para conscientizar as mulheres, bem como as e os cidadãos de Santa Lúcia, acerca da importância do projeto de lei sobre violência doméstica, desenvolvido por um consultor a serviço da própria organização. Esse projeto de lei havia sido rejeitado anteriormente devido a preocupações relacionadas a uma cláusula que abordava os direitos da população LGBTQI+. Entretanto, graças à mobilização nacional durante o período eleitoral e ao apoio externo de parceiros das campanhas educativas, foi possível que o projeto avançasse com êxito.



Caso de Sucesso

A [Equality Now](#) contribuiu para uma [sessão de capacitação](#) sobre como legislar para o enfrentamento da violência sexual baseada em gênero, com foco em uma abordagem centrada no consentimento. Essa atividade fez parte das [Conferências do Dia Laranja](#), organizadas pela Unidade Técnica de Igualdade de Gênero do Senado do México. Realizadas no dia 25 de cada mês, as Conferências do Dia Laranja têm como objetivo promover conscientização e ações concretas para a prevenção da violência baseada em gênero e fomentar uma cultura de não violência. A sessão conduzida pela Equality Now, da qual participaram assessoras e assessores parlamentares do Congresso Federal e das legislaturas estaduais, abordou desafios persistentes nas legislações atuais sobre violência sexual, analisou os principais [padrões internacionais](#) e identificou medidas que os parlamentos podem adotar para suprir lacunas legais. Também se destacou a importância da participação de sobreviventes e de organizações feministas na construção de marcos legais mais acessíveis, justos e livres de revitimização.

Aprovação do orçamento nacional

Embora a elaboração do orçamento seja de responsabilidade do poder executivo, o parlamento exerce papel central nesse processo e na definição das prioridades nacionais, por meio de seu poder de aprovar, revisar e fiscalizar o orçamento público. Esse processo determina como os recursos públicos serão alocados e assegura a responsabilidade fiscal. A gestão orçamentária

tende a ser mais eficaz quando se adotam [abordagens abertas e participativas](#) ao longo de todo o ciclo financeiro.



Para obter mais informações sobre o papel dos parlamentos no processo orçamentário, consulte a publicação [Fortalecendo a Prestação de Contas por meio da Abertura Fiscal](#), desenvolvida pelo ParlAmericas em parceria com o Instituto de Estudos Fiscais e Democracia (IFSD, sigla em inglês) e a Iniciativa Global para a Transparência Fiscal (GIFT, sigla em inglês).

As organizações feministas podem buscar se envolver nesse trabalho para:

- ✓ Reivindicar alocações adicionais de recursos para apoiar a implementação de prioridades de igualdade de gênero;
- ✓ Chamar a atenção para questões de financiamento identificadas por meio da análise orçamentária e para as formas como as alocações podem atender às necessidades de diferentes grupos populacionais; e/ou
- ✓ Defender [orçamentos sensíveis ao gênero](#), uma abordagem orçamentária que integra os objetivos de igualdade de gênero ao planejamento, alocação de recursos e avaliação de políticas.

Pontos de entrada para ativismo e ação em relação ao orçamento:

- ✓ **Engajamento com parlamentares:** Reúna-se com membros de comissões de finanças públicas ou orçamentárias para defender alocações específicas, oferecer contribuições para análises orçamentárias, fazer apresentações perante essas comissões, compartilhar dados financeiros relevantes ou propor alterações ao orçamento para suprir lacunas de financiamento com relação às prioridades de igualdade de gênero.
- ✓ **Oportunidades de participação pública:** Participe de consultas pré-orçamentárias, assembleias ou fóruns orçamentários, e processos formais de revisão, a fim de contribuir com evidências sensíveis ao gênero e pontos de vista da comunidade.
- ✓ **Mecanismos de monitoramento e fiscalização:** Colabore com órgãos de fiscalização, como Comitês de Contas Públicas ou espaços semelhantes, a fim de monitorar a implementação de compromissos orçamentários sensíveis ao gênero e defender a prestação de contas.

Caso de Sucesso



Na Argentina, a organização feminista [Equipe Latino-Americana de Justiça e Gênero](#) (ELA) e a Associação Civil pela Igualdade e Justiça (ACIJ) estabeleceram uma parceria com o Escritório Orçamentário do Congresso Nacional,³ acadêmicas(os) e outras organizações da sociedade civil para realizar os primeiros estudos⁴ orçamentários sensíveis ao gênero do país, analisando os gastos públicos sob uma perspectiva de gênero, uma iniciativa que foi mantida ao longo do tempo.⁵ Lançados durante a Semana do Orçamento da Argentina em 2015, esses esforços avaliaram como os orçamentos públicos abordavam a

3 O Escritório Orçamentário possui uma [ferramenta de Orçamento Sensível ao Gênero](#) que permite aos usuários monitorarem a implementação de programas orçamentários identificados pelo poder executivo como programas que contribuem para a política de igualdade de gênero e que possuem o selo de *orçamento sensível ao gênero*.

4 Consulte [O Valor da Igualdade de Gênero](#) (disponível em espanhol).

5 Consulte [Orçamento e Gênero: Análise do Projeto de Lei Orçamentária de 2021](#) (disponível em espanhol).



igualdade de gênero⁶ e destacaram o papel fundamental que as organizações feministas podem desempenhar na análise de gastos, identificação de lacunas e defesa de políticas fiscais mais inclusivas e equitativas, o que também apoiou a primeira implementação nacional de orçamento sensível ao gênero.⁷

Representação do público

O Parlamento atua como a voz do povo, representando interesses diversos e garantindo que as políticas respondam às necessidades de todas as cidadãs e cidadãos. Por meio de debates, consultas públicas, engajamento com suas bases eleitorais e da atuação em suas próprias plataformas como figuras públicas, as e os parlamentares defendem, em âmbito nacional, as comunidades que representam.

As organizações feministas podem buscar se envolver nesse trabalho para:

- ✓ Amplificar as vozes de mulheres e de grupos marginalizados, garantindo que suas preocupações sejam refletidas nas prioridades e decisões legislativas;
- ✓ Iniciar novos diálogos com o público ou apresentar questões emergentes que impactam a população; e
- ✓ Promover conscientização sobre soluções e iniciativas da sua organização.

Pontos de entrada para ativismo e ação em relação à representação:

- ✓ **Engajamento parlamentar contínuo:** Estabeleça uma relação de diálogo com parlamentares, especialmente com aquela ou aquele que representa sua circunscrição, participando de diferentes espaços que incentivem contribuições da base eleitoral, comparecendo a eventos comunitários/distritais organizados pela(o) sua(seu) representante ou visitando o gabinete distrital do parlamentar.
- ✓ **Mobilização e organização de eventos:** Utilize os eventos públicos organizados pela sua organização como oportunidades para divulgar seu trabalho e chamar a atenção para temas relevantes. Convide parlamentares para participarem desses programas, seja como ouvintes ou palestrantes.
- ✓ **Oportunidades de participação cidadã:** Compareça a espaços participativos, tais como assembleias públicas, para compartilhar perspectivas e reivindicar maior atenção parlamentar para questões de igualdade de gênero.

Caso de Sucesso



Na Costa Rica, o Parlamento de Jovens Mulheres pelo Clima, coordenado pela iniciativa da sociedade civil [Missão 1.5](#) em parceria com a Assembleia Legislativa e outras partes interessadas nacionais e internacionais, é um exemplo notável de como atores não governamentais que promovem os direitos das mulheres podem apoiar os parlamentos no fortalecimento do engajamento e da representação cidadã. Baseado em uma visão de justiça climática e liderança inclusiva, o programa capacita jovens mulheres de todo o país, fornecendo conhecimentos, ferramentas e experiência para que compreendam

6 O Ministério da Economia da Argentina mantém [uma plataforma interativa](#) (em espanhol) que destaca a parcela do orçamento nacional destinada ao combate da desigualdade, à exposição de lacunas existentes e ao monitoramento dos gastos relacionados.

7 Consulte [Orçamento de 2021: Primeiro Orçamento com Perspectiva de Gênero e Diversidade](#) (disponível em espanhol).



e participem de forma significativa dos processos legislativos relacionados à política climática. Desse modo, a iniciativa fortalece a relação entre o parlamento e a sociedade civil, aumentando a legitimidade das instituições democráticas por meio de uma elaboração de políticas mais inclusiva e participativa.

Fiscalização

O parlamento exerce seu poder de fiscalização para exigir prestação de contas pelo poder executivo, garantindo que as ações governamentais estejam alinhadas às leis, orçamentos, interesses públicos e acordos internacionais. Essa função é realizada por meio de inquéritos, auditorias, audiências, revisões orçamentárias e outros mecanismos de monitoramento.

As organizações feministas podem buscar se envolver nesse processo para:

- ✓ Defender medidas de prestação de contas mais robustas, a fim de assegurar que as políticas públicas atendam efetivamente às necessidades das mulheres e de comunidades marginalizadas;
- ✓ Fazer questionamentos sobre o progresso na implementação de acordos internacionais ou leis/políticas nacionais; e/ou
- ✓ Reivindicar a adoção de mecanismos de fiscalização mais ativos e transparentes para garantir o acesso público à informação.



Para orientações práticas sobre como promover avanços na prestação de contas política e parlamentar em prol da igualdade de gênero, consulte a publicação do ParlAmericas [Fortalecendo a Prestação de Contas: Uma Ferramenta para Apoiar a Boa Governança e a Igualdade de Gênero no Caribe](#) (disponível em inglês).

Pontos de entrada para ativismo e ação em relação à fiscalização:

- ✓ **Mobilização Estratégica:** Estabeleça contato proativo com membros de comissões relevantes e órgãos parlamentares de fiscalização para apontar lacunas na implementação de políticas e incentivar um escrutínio mais rigoroso de ações governamentais relacionadas à igualdade de gênero.
- ✓ **Compartilhamento de dados e evidências baseados na comunidade:** Compartilhe dados coletados sobre como questões específicas, como leis, programas ou decisões orçamentárias, impactam mulheres e outros grupos relevantes, visando construir argumentos sobre a urgência de ação ou revisão do progresso rumo ao cumprimento de acordos internacionais.
- ✓ **Educação pública:** Faça ativismo nas redes sociais, por meio de eventos, e em comunicações sobre acordos internacionais focados em igualdade de gênero e direitos humanos, promovendo a compreensão desses marcos e de suas disposições.



Ratificação de acordos internacionais

Além das responsabilidades de fiscalização, os parlamentos exercem diversos papéis no âmbito de acordos e tratados internacionais, incluindo a revisão e alteração de marcos legislativos nacionais para fins de alinhamento com compromissos assumidos, a promoção de sua adoção e, em alguns casos, contribuindo formalmente para a aprovação do acordo pelo país, conforme previsto nas leis e processos nacionais.



Para as organizações feministas, o trabalho em torno dos acordos internacionais representa importantes oportunidades de ativismo. Você pode se envolver com legisladores para pressionar pela adoção plena e significativa de disposições relacionadas à igualdade de gênero, garantir que eventuais reservas não enfraqueçam os compromissos assumidos, bem como preparar o terreno para a implementação e fiscalização eficazes de tratados internacionais no âmbito nacional, além de atuar desde o início em defesa da adesão aos acordos.



Dica! Relatórios Paralelos

As organizações feministas têm tido sucesso ao conectar seus esforços de ativismo nacional com acordos e compromissos internacionais relacionados à igualdade de gênero. Ao apresentarem seus próprios relatórios alternativos, ou relatórios paralelos, a órgãos de monitoramento, como o [Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres](#) e o [Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará](#), essas organizações oferecem percepções da sociedade civil que complementam os relatórios oficiais do governo. Esses relatórios ajudam especialistas internacionais a formularem recomendações para os Estados Membros, inclusive no que tange a reformas legislativas. Quando esses mecanismos identificam violações de direitos, frequentemente levam a recomendações de ações legislativas. As organizações feministas podem utilizar essas recomendações como base para defender mudanças em políticas públicas e reformas jurídicas nos parlamentos nacionais.



Caso de Sucesso

Diversas organizações feministas da região têm atuado na defesa de emendas à legislação penal, com o objetivo de fortalecer as proteções contra a violência baseada em gênero. O [Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres \(CLADEM\)](#) e o [Centro de Justiça e Direito Internacional \(CEJIL\)](#) levaram o [caso Maria da Penha](#), no Brasil, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA. A CIDH considerou o Estado brasileiro responsável por omissão, negligência e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres no país, utilizando a Convenção de Belém do Pará como marco de referência. Como resultado da pressão internacional e da mobilização da sociedade civil, a Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha) foi sancionada em 2006, criando mecanismos legais para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil.



Caso de Sucesso

No México, organizações feministas uniram-se ao movimento [Nosotrxs](#) para apoiar o reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas. Como a ratificação da [Convenção nº 189](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre trabalhadoras domésticas, ainda estava pendente no país, essas organizações coletaram e deram visibilidade a [relatos em primeira pessoa](#) de trabalhadoras afetadas, destacando os impactos da lacuna na lei. Além disso, apresentaram uma visão compartilhada de trabalho decente, fundamentada em normas internacionais, para fortalecer seus esforços de ativismo legislativo, contribuindo para a ratificação da Convenção.

Melhore o “pedido”

Ao se engajar com o parlamento, é fundamental alinhar seus esforços a uma ou mais das funções centrais da instituição. Isso aumenta a probabilidade de obter apoio e ação de parlamentares comprometidas(os) tanto com suas responsabilidades legislativas quanto com as demandas de seu eleitorado. Um “pedido” claro e bem estruturado, diretamente vinculado ao trabalho e às prioridades parlamentares, pode ajudar a garantir interações focadas e produtivas e resultados concretos.

Para fortalecer ainda mais o seu pedido durante ações de ativismo parlamentar, tenha em mente os seguintes critérios:

-  **Estratégia** – Vincule sua demanda a processos legislativos em andamento, ciclos orçamentários ou debates políticos relevantes, de forma a alinhá-la com as prioridades atuais do parlamento.
-  **Objetivo Mensurável** – Defina metas específicas que possam ser monitoradas por meio de ações parlamentares, como a apresentação de um projeto de lei, emendas a legislações existentes ou alterações em alocações orçamentárias.
-  **Ambição na medida certa** – Estabeleça metas alcançáveis dentro do cenário político atual e da dinâmica de poder no parlamento - uma emenda, moção ou declaração de apoio pode abrir caminho para transformações mais amplas.
-  **Prazo definido** – Associe seu pedido a cronogramas parlamentares específicos, como sessões legislativas, discussões orçamentárias ou processos de ratificação de tratados.
-  **Interseccionalidade** – Certifique-se de que sua demanda reflita as diversas necessidades das mulheres e de grupos marginalizados, tornando-a relevante para diferentes perfis demográficos.
-  **Igualdade** – Defenda políticas que enfrentem desigualdades sistêmicas, garantindo tratamento justo e oportunidades para todas as pessoas, em consonância com as responsabilidades de representação do parlamento.



O QUE FAZER E O QUE EVITAR

As seções a seguir oferecem orientações práticas sobre o que fazer – e o que evitar – para apoiar organizações feministas na navegação dos sistemas parlamentares, na construção de relacionamentos significativos com parlamentares e na ampliação do impacto de suas ações de ativismo. São apresentadas dicas práticas e armadilhas comuns a serem evitadas, com exemplos concretos, além de informações complementares que ajudarão a fortalecer sua estratégia de engajamento parlamentar.

As principais recomendações, detalhadas abaixo, incluem:

- ✓ Conhecer as particularidades do sistema parlamentar do seu país
- ✓ Reunir um conjunto sólido de evidências para embasar seu ativismo
- ✓ Utilizar sua base de evidências para elaborar mensagens claras e convincentes
- ✓ Comunicar e construir relacionamentos com parlamentos
- ✓ Identificar e recorrer aos canais parlamentares formais existentes

- ✓ Complementar sua atuação com estratégias de ativismo informal
- ✓ Buscar articulação com redes e coalizões para ampliar o alcance das suas ações
- ✓ Garantir que seu engajamento seja sustentável.

Conheça as particularidades do sistema parlamentar do seu país

- ✓ **Familiarize-se com a estrutura geral do legislativo** – Pesquise como o parlamento funciona e qual o papel dos diferentes atores que o compõem, como presidências das casas, presidências de comissões, secretariados parlamentares, ouvidorias e lideranças partidárias. As estruturas e funções variam conforme o tipo de sistema em que o parlamento opera: seja um modelo do tipo Westminster ou um sistema presidencialista (para mais informações sobre as diferenças entre esses sistemas e como elas influenciam seu ativismo, consulte o Anexo).
 - ✦ Se o parlamento tiver estrutura bicameral – composta por um senado/câmara alta e uma câmara baixa – como se dá a tramitação de propostas legislativas ou de outras matérias entre as duas casas?
 - ✦ Que unidades, gabinetes ou departamentos existem dentro do parlamento?
 - ✦ Que bancadas ou comissões permanentes (ou temporárias) existem?
 - O [Painel do ParlAmericas sobre Progresso Institucional em Igualdade de Gênero](#) pode ser consultado para mais informações sobre a existência de comissões, bancadas e unidades técnicas dedicadas à igualdade de gênero nos parlamentos nacionais das Américas e do Caribe.
- ✓ **Aprenda sobre as fases básicas do processo legislativo** – Identifique onde e em que momento do processo seu ativismo pode exercer o maior impacto (por exemplo, durante a redação de projetos de lei, audiências em comissões, conscientização pública ou campanha antes de uma votação). Saber como os projetos são apresentados, debatidos e aprovados ajudará as organizações a intervirem nos momentos certos.
- ✓ **Concentre-se nos principais atores que atuam nas suas áreas de interesse no momento** – Identifique parlamentares, comissões, partidos políticos e outros atores mais propensos a se mobilizarem para promover avanços nas suas áreas de ativismo. Você pode consultar registros de votação para identificar potenciais aliadas(os).
- ✓ **Monitore agendas parlamentares** – Mantenha-se a par dos próximos debates, moções e projetos de lei relacionados à igualdade de gênero e outras questões interligadas às suas áreas de ativismo.
- ✓ **Entenda as leis sobre lobby** – Familiarize-se com as regulamentações aplicáveis a lobby, que regem interações entre organizações da sociedade civil e agentes públicos, a fim de garantir que suas ações estejam em conformidade com a legislação nacional.
 - ✦ Em determinados países, organizações que buscam influenciar a elaboração de políticas públicas podem estar sujeitas a exigências como a obtenção de registro junto a órgãos reguladores.
- ✗ **Não ignore regras e prazos procedimentais** – Compreender os procedimentos legislativos, os prazos e os requisitos formais ajuda a garantir que as ações de ativismo sejam realizadas no momento certo e de forma eficaz, além de minimizar a possibilidade de surpresas devido a trâmites burocráticos. Tenha em mente que as audiências em comissões podem ter

cronogramas fixos para contribuições públicas, que as submissões podem exigir formatos específicos, e que regras parlamentares podem restringir os momentos em que emendas podem ser apresentadas ou debates reabertos.

- ✘ **Não ignore dinâmicas de poder** – Leve em conta a influência dos partidos políticos, a disciplina partidária, as relações entre os poderes executivo e legislativo, e a estrutura das comissões, pois todos esses aspectos moldam o processo de tomada de decisão.
- ✘ **Não presuma que todas e todos parlamentares exercem o mesmo grau de influência em todas as áreas** – Para maximizar o impacto da sua atuação, concentre-se naquelas e naqueles que integram comissões relevantes, ocupam posições de liderança, representam a circunscrição geográfica mais afetada ou já defender ativamente a pauta em questão.



Dica! Gabinetes de Informação Parlamentar

Alguns parlamentos da região contam com gabinetes de informação parlamentar que podem ser consultados não apenas por parlamentares, mas também pela cidadania. Esses serviços permitem verificar se projetos de lei relacionados ao tema de atuação da sua organização já foram considerados pela legislatura anteriormente. Com base nessas informações, é possível elaborar uma estratégia baseada em lições aprendidas.

Perfis de Organizações

Diversas organizações da sociedade civil da região analisam os perfis de parlamentares com o objetivo de informar a cidadania sobre quem os representa.

- ✍ A organização [Directorio Legislativo](#), por exemplo, criou um [diretório](#) com informações sobre o funcionamento do poder legislativo na Argentina, Colômbia e México. A plataforma divulga informações sobre legisladoras e legisladores, incluindo sua trajetória profissional e carreira parlamentar, informações de contato, equipe e histórico eleitoral.
- ✍ O [Portal do Medidor de Prestação de Contas da Jamaica](#) é uma plataforma centrada na cidadania que oferece acesso a bancos de dados, informações públicas e ferramentas de monitoramento para fortalecer a prestação de contas por parte de agentes públicos.
- ✍ Algumas instituições acadêmicas também reúnem dados dessa natureza. Por exemplo, o projeto [Congreso Visível](#) da Universidade dos Andes, na Colômbia, apresenta informações sobre parlamentares e suas atividades legislativas.



Perfil de Organização

A [Associação Nacional de Mulheres e Direito \(NAWL, sigla em inglês\)](#) é uma organização canadense voltada para a educação jurídica feminista, pesquisas e ativismo. Ela também oferece [oficinas](#) para outras organizações sobre processos legislativos, elaboração de briefings parlamentares, petições, trabalho em coalizão e uso das redes sociais para ativismo voltado à reforma jurídica.



Monte sua base de evidências

- ✔ **Garanta a qualidade e a credibilidade dos dados** – Utilize dados de fontes confiáveis, provenientes de instituições reconhecidas, pesquisas revisadas por pares ou estudos comunitários rigorosos. Cite as fontes de forma transparente para reforçar a credibilidade.
- ✔ **Atualize regularmente seus dados** – Mantenha sua base de evidências atualizada acompanhando pesquisas recentes, tendências emergentes e novas estatísticas que possam fortalecer seu ativismo.
- ✔ **Desagregue os dados** – Sempre que possível, colete, analise e apresente dados desagregados não apenas por gênero, mas também por outros fatores de identidade interseccionais (por exemplo, idade, etnia, deficiência e condição socioeconômica), a fim de evidenciar disparidades e desigualdades.
- ✔ **Combine evidências quantitativas e qualitativas** – Associe estatísticas a narrativas, testemunhos ou estudos de caso do mundo real para tornar os dados mais envolventes e persuasivos para tomadores de decisão.
- ✘ **Não dependa exclusivamente de relatórios globais** – Embora relatórios internacionais sejam úteis, formuladores de políticas muitas vezes respondem melhor a dados nacionais ou locais que reflitam as realidades vividas pelo eleitorado. Fontes úteis incluem escritórios nacionais de estatística, [painéis de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#), relatórios governamentais ou de agências da ONU, além de pesquisas conduzidas por organizações feministas ou instituições acadêmicas.⁸ Jornais locais e outros meios de comunicação também podem oferecer percepções valiosas sobre questões emergentes e a opinião pública a respeito de temas-chave.
- ✘ **Não deixe suas evidências sem uso** – Certifique-se de que seus dados sejam usados ativamente em debates legislativos, audiências em comissões e propostas de políticas públicas, mantendo engajamento contínuo com parlamentares e seus assessores.

Caso de Sucesso



Em resposta às demandas por ação imediata, a organização [Artemisas](#) organizou a campanha [#ParidadYA](#), com o objetivo de pressionar o Congresso da República da Colômbia a legislar pela conquista de uma democracia paritária. Como resultado dos esforços coletivos durante o processo de ativismo, a lei da paridade foi finalmente aprovada, estabelecendo que as mulheres ocuparão 50% dos mais altos cargos decisórios do poder executivo e em posições de representação no exterior. Cabe destacar que a organização também atuou por meio de uma campanha de comunicação para [combater mitos](#), apoiando-se em uma base sólida de evidências construída previamente.

⁸ Escritórios nacionais de estatística costumam divulgar dados de censos, pesquisas domiciliares e indicadores desagregados por gênero, que podem servir como subsídios consistentes e confiáveis para suas ações de ativismo. Também é importante verificar se sua jurisdição conta com mecanismos institucionais de gênero (por exemplo, ministérios ou secretarias nacionais para as mulheres) que produzem resumos de políticas, relatórios e outros materiais sobre a implementação de compromissos relacionados à igualdade de gênero. Agências da ONU como a ONU Mulheres, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a CEPAL também disponibilizam valiosos dados e ferramentas com foco regional, como o [Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe](#). Além disso, organizações como o [Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres](#) (CLADEM) e a [Equality Now](#) disponibilizam dados e publicações relevantes que podem fortalecer ainda mais sua base de evidências.

Use suas evidências para elaborar mensagens bem articuladas

- ✓ **Torne-as acessíveis e envolventes** – Apresente informações e resultados de forma clara, utilizando uma linguagem não técnica, com o apoio de recursos visuais, como infográficos. Use formatos como resumos de políticas ou vídeos curtos para que parlamentares ocupadas(os) consigam extrair rapidamente os pontos principais.
- ✓ **Atrele resultados a impacto político** – Demonstre claramente como as evidências sustentam decisões legislativas ou orçamentárias específicas, apresentando recomendações implementáveis e realistas. O que mudaria se a ação fosse tomada?
- ✓ **Use comparações e melhores práticas** – Utilize dados comparativos para fortalecer sua tese e demonstrar como políticas semelhantes deram certo em outros países ou regiões.
- ✓ **Alinhe seus dados com prioridades legislativas** – Apresente suas evidências de forma que elas dialoguem com prioridades já existentes de parlamentares, políticas nacionais ou compromissos internacionais (por exemplo: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, ODS, convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Plataforma de Pequim, Convenção de Belém do Pará, Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e Agenda Regional de Gênero da CEPAL).
- ✗ **Não exagere em dados brutos** – Planilhas extensas ou relatórios demasiadamente complexos, sem contexto ou mensagens principais claras, podem ser cansativos. Concentre-se nas principais estatísticas e insights que sustentam seu argumento.
- ✗ **Não se baseie somente em evidências provenientes de relatos pessoais** – Embora relatos pessoais sejam poderosos, precisam ser acompanhados de tendências de dados mais amplas sempre que possível, para evitar que pareçam casos isolados ou não representativos. Caso não haja dados quantitativos sobre determinada questão, destaque essa lacuna como um desafio adicional que merece atenção e garanta que os dados qualitativos reflitam uma diversidade de experiências individuais.

Caso de Sucesso



Seidy Quetzal, ativista de Belize, obteve sucesso em seu lobby pela eliminação dos impostos sobre todos os produtos menstruais no seu país, ao apresentar evidências que embasaram sua campanha [Não Taxe a Minha Feminilidade](#). Seidy criou um documento informativo baseado em uma pesquisa que coletou dados sobre as experiências de mulheres belizenhas, que revelou que mesmo as mulheres empregadas tinham dificuldade para comprar produtos menstruais. Essas evidências convenceram autoridades de alto escalão, entre elas a Enviada Especial para o Desenvolvimento das Famílias, Mulheres e Crianças, a Ministra do Desenvolvimento Humano, Famílias e Assuntos dos Povos Indígenas, e o Primeiro Ministro. Como resultado, a alíquota fiscal sobre produtos menstruais foi reduzida de 35% para 0%, com vigência a partir de abril de 2023.



Dica! Transforme a oposição em oportunidade de aprendizado

Quando parlamentares ou outros atores do legislativo manifestarem preocupações ou discordância em relação a uma proposta que esteja apresentando, encare a situação como uma oportunidade para compreender melhor os pontos de vista e argumentos levantados por essas pessoas. Tomar nota dessas observações pode fortalecer sua capacidade de formular respostas fundamentadas em evidências. Muitas organizações buscam antecipar, prever ou analisar possíveis contra-argumentos como estratégia para aprimorar sua comunicação e se preparar para debates futuros.

Comunique-se e estabeleça relações com parlamentos

- ✔ **Utilize vínculos com as circunscrições eleitorais** – Aborde as e os parlamentares que representam as regiões onde sua organização atua, ou onde o tema do seu ativismo tenha maior impacto.
 - O número de parlamentares que te representam depende do sistema eleitoral. Em um sistema majoritário, você costuma ser representada(o) por um único parlamentar eleito por distrito. Em sistemas de representação proporcional, diversas(o)s parlamentares podem ser eleitas(os) por um mesmo distrito, conforme a proporção de votos recebida por cada partido. Consulte o Anexo para mais informações.
- ✔ **Tenha uma mensagem clara e concisa** – Independentemente do modo de comunicação adotado, vá direto ao ponto. Quer se trate de uma solicitação de reunião, apoio a uma proposta de política ou participação em um evento, faça a sua solicitação de forma clara e assertiva, apresentando-a como uma oportunidade significativa.
 - Caso não obtenha resposta em um prazo razoável, envie uma mensagem cortês de acompanhamento.
- ✔ **Evite jargões ou linguagem demasiadamente técnica** – Torne suas mensagens acessíveis a não especialistas.
- ✔ **Antecipe argumentos contrários** – Esteja preparada(o) para lidar com ceticismo, reconhecendo eventuais limitações, soluções alternativas ou incertezas, ao mesmo tempo em que reforça a solidez do seu argumento como um todo.
- ✔ **Forneça informações de apoio** – Anexe ou inclua links para informativos, relatórios, estudos de caso ou outros materiais concisos e de fácil acesso, que deem respaldo ao seu argumento. Após uma reunião presencial, entregue materiais adicionais relevantes à equipe técnica ou às(aos) assessoras(es) parlamentares, abordando aspectos do tema que possam não ter sido discutidos durante a conversa.
- ✘ **Invista em diversos parlamentares** – Construa relações com uma ampla rede de parlamentares, de diferentes partidos e casas legislativas (quando aplicável ao seu contexto), além de outros aliados, para evitar retrocessos no seu ativismo.
- ✘ **Não envie mensagens genéricas ou em massa** – Evite abordagens do tipo “tamanho único”. Personalize sua mensagem de acordo com o perfil de cada destinatário.
- ✘ **Evite mensagens longas ou cansativas** – E-mails extensos tendem a ser ignorados. Mantenha as comunicações escritas, principalmente na aproximação inicial, curtas e diretas, com apenas alguns breves parágrafos.

- ✗ **Não foque somente no problema** – Apresente também soluções ou ações que a(o) parlamentar possa adotar.
- ✗ **Não ignore o momento político** – Evite apresentar propostas durante períodos em que as e os parlamentares estejam distraídos (por exemplo, época eleitoral ou de importantes debates orçamentários).
- ✗ **Não presuma que a(o) parlamentar se lembrará de você** – Parlamentares interagem com inúmeras pessoas diariamente. Mesmo que já tenha havido contato anterior, inclua um breve lembrete sobre o trabalho da sua organização e/ou de reuniões anteriores para refrescar a memória.



Dica! Verifique Protocolos Locais

Orientações nacionais sobre as formas de tratamento apropriadas a parlamentares e dignitários geralmente estão disponíveis nos portais governamentais de cada país. Veja, por exemplo, o caso da [Jamaica](#).



Caso de Sucesso

Esforços de ativismo liderados pela Associação de Conselheiras da Bolívia (ACOBOL), com o apoio de diversos grupos feministas, foram decisivos para a aprovação da [Lei nº 243 \(2012\)](#), que trata de assédio e violência políticos contra mulheres na Bolívia. Em 2004, esses atores formaram o Comitê Impulsor, um espaço multissetorial que reuniu organizações feministas, parlamentares e outros atores para conscientizar e empoderar mulheres em instituições políticas, destacando a urgência de combater o assédio político. A iniciativa forneceu uma plataforma importante para coordenar ativismo com comissões e bancadas congressistas, embasar recomendações legislativas e dar visibilidade aos testemunhos de mulheres eleitas, contribuindo, em última instância, para o avanço do projeto de lei e a conversão de anos de mobilização de base em mudança legislativa concreta.



Caso de Sucesso

As estudantes Jasmyn Sargeant e Tirelle Duncan, integrantes do [Grupo Ignite](#) do Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Gênero da Universidade das Índias Ocidentais, criaram uma plataforma chamada [Write Yuh MP](#) (“Escreva para sua/seu Parlamentar”), que permite ao público entrar em contato com parlamentares de Trinidad e Tobago para tratar de questões relacionadas à desigualdade de gênero. A campanha disponibiliza modelos para que cidadãs e cidadãos telefonem, enviem e-mails ou cartas a seus representantes sobre falhas no sistema judiciário e os alarmantes índices de violência contra a mulher. A plataforma oferece um banco de dados com as informações de contato das e dos parlamentares dos 41 distritos eleitorais do país. A iniciativa teve um impacto concreto: um parlamentar respondeu às mensagens e convidou as remetentes para uma reunião para que discutissem as preocupações levantadas.

Engajamento por meio de canais parlamentares formais

- ✓ **Aproveite oportunidades existentes ou futuras para contribuir** – Verifique se já estão agendados fóruns de engajamento parlamentar, tais como assembleias públicas, audiências públicas, ou consultas públicas sobre projetos de lei, visando facilitar ou acelerar esforços de ativismo.
- ✓ **Identifique pontos de acesso institucionais** – Verifique se o seu parlamento conta com gabinetes, equipes ou mecanismos responsáveis pela participação cidadã em questões de gênero, tais como gabinetes de participação cidadã, programas de aproximação parlamentar, órgãos de transparência legislativa, unidades técnicas de gênero, secretarias da mulher ou pontos focais de gênero. Comitês e bancadas parlamentares de igualdade de gênero/direitos das mulheres, bem como suas equipes de apoio, também são espaços a serem considerados.
 - ✦ Alguns parlamentos também permitem que o público apresente petições e/ou propostas de projetos de lei. Consulte os mecanismos acima ou as normas regimentais do parlamento para informações sobre como esses processos funcionam. Detalhes sobre mecanismos formais de interação estão disponíveis no documento [Marcos Normativos para a Participação Cidadã no Processo Legislativo das Américas e do Caribe](#) do ParlAmericas.
- ✓ **Participe de audiências em comissões** – Peça para encaminhar contribuições por escrito ou prestar depoimento sobre projetos de lei relevantes. Algumas comissões e parlamentares costumam lançar chamadas públicas para participação em audiências ou envio de feedback sobre projetos de lei. Essas convocações costumam ser divulgadas nos portais e redes sociais do parlamento.
- ✓ **Colabore com parlamentares para apoiar ações de fiscalização** – Apoie parlamentares na apresentação de questionamentos formais ou solicitações de debates, visando exigir prestação de contas do governo. Nos sistemas parlamentares do tipo Westminster (vide Anexo), o período de sabatina é um espaço estratégico para levantar temas de ativismo.
- ✓ **Verifique se a participação/consulta da sociedade civil é exigida por lei** – Consulte as legislações, regimentos internos e procedimentos parlamentares para identificar instâncias em que a consulta ou participação da sociedade civil é obrigatória por lei, aproveitando essas oportunidades quando pertinente.
 - ✦ A participação cidadã obrigatória pode incluir: consultas ou audiências públicas, depoimentos de especialistas em sessões de comissões, participação cidadã em comissões parlamentares, trabalho com eleitores nas circunscrições, e participação cidadã na nomeação de funcionárias(os) públicas(os).
- ✗ **Não ignore regras procedimentais** – Saiba como navegar adequadamente pelos procedimentos parlamentares para garantir que sua atuação seja eficaz.
- ✗ **Não espere convites** – Adote uma postura proativa, solicitando reuniões ou enviando contribuições sobre projetos de lei ou outros assuntos parlamentares.



Caso de Sucesso

Em Honduras, um [grupo de organizações feministas](#) tornou-se um importante ator em processos formais de auditoria voltados ao monitoramento da [execução orçamentária sensível ao gênero](#). Sua participação ativa nessas atividades está escorada em anos de [atuação contínua no ativismo](#) que não apenas ajudaram a impulsionar a adoção de [orçamentos sensíveis ao gênero](#), mas também contribuíram para a criação de mecanismos institucionais que permitem o envolvimento contínuo das organizações feministas nos processos de fiscalização parlamentar. Como resultado, essas organizações e outros atores da sociedade civil agora conseguem aproveitar canais parlamentares formais, tais como audiências públicas convocadas por comissões orçamentárias e de igualdade de gênero do congresso, para expressar preocupações, monitorar o cumprimento de mandatos relacionados ao gênero e defender uma alocação mais equitativa dos recursos públicos.

Explore estratégias de ativismo informal

- ✓ **Participe de campanhas públicas** – Utilize diferentes canais de mídia e articule-se com movimentos sociais para ampliar os esforços de ativismo e exercer pressão externa. Campanhas bem programadas podem influenciar o discurso político e impulsionar a ação legislativa.
- ✓ **Organize encontros informais** – Promova eventos de articulação, cafés para conversas e outras atividades casuais com parlamentares e organizações da sociedade civil, com o objetivo de debater temas-chave em um ambiente descontraído e fortalecer vínculos de confiança.
- ✓ **Construa relações pessoais** – Cultive laços de confiança e relações de longo prazo com diversos atores, incluindo parlamentares, assessores e aliados, por meio de encontros informais e eventos sociais.
- ✓ **Aproveite o capital social** – Acione redes existentes em grupos comunitários, associações profissionais e movimentos sociais para disseminar mensagens de modo informal. A mobilização de relações existentes pode ajudar a espalhar mensagens de forma orgânica e ampliar o alcance de campanhas de ativismo.
- ✗ **Não subestime canais não oficiais** – Conversas casuais e eventos sociais podem ser oportunidades valiosas para aprofundar o relacionamento com parlamentares. Essas interações podem fornecer percepções valiosas sobre prioridades legislativas e dinâmicas políticas.
- ✗ **Não confunda acesso com influência** – Embora importante, o mero contato direto com parlamentares não se converte automaticamente em impacto nas políticas públicas. Engajamentos informais devem complementar estratégias de engajamento formal, como forma de dar continuidade a conversas anteriores ou como porta de entrada para engajamento formal futuro, com base no compartilhamento de informações estratégicas e relevantes respaldadas por argumentos sólidos.
- ✗ **Não negligencie o engajamento com a base eleitoral** – A ação legislativa tende a ser mais eficaz quando parlamentares percebem forte apoio da comunidade. Mobilizar organizações locais, ativistas e o eleitorado pode aumentar a pressão sobre tomadores de decisão e tornar seus esforços de ativismo mais persuasivos.

- ✗ **Não aposte em uma única estratégia** – Use uma combinação de abordagens de ativismo informal para se conectar com diferentes públicos e tomadores de decisão de forma eficaz. Ao integrar a construção de redes de contato informais, campanhas públicas e a mobilização da comunidade, diversos atores podem ser alcançados por meio de múltiplos canais de acesso.



Caso de Sucesso

Akola Thompson é fundadora e diretora da [Tammuke Feminist Rising](#), um coletivo interseccional voltado à educação pública e ao desenvolvimento da comunidade. Como a mais jovem colunista da Guiana, ela utiliza os meios de comunicação como ferramenta de ativismo para promover um mundo mais seguro para as mulheres, cobrando intervenção governamental e reformas legislativas. Em sua coluna, [The Minority Report](#), Akola aborda temas como trabalho não remunerado e colonialismo, direitos das trabalhadoras, mortalidade materna e direitos reprodutivos, entre outras questões, destacando problemas e compartilhando recomendações legislativas e ações políticas.

Recorra a redes e coalizões

- ✓ **Desenvolva uma estratégia de ativismo coerente** – Sempre que possível, atue em colaboração com outros atores, garantindo que os membros da coalizão estejam alinhados quanto a mensagens, metas e prioridades, apresentando uma frente unificada e coordenada ao interagir com parlamentares e suas equipes.
- ✓ **Aproveite os pontos fortes de diferentes grupos** – Utilize o know-how dos diversos membros da coalizão - alguns podem dominar melhor a pesquisa, outros a mobilização comunitária, o engajamento com a mídia ou o ativismo direto no parlamento.
- ✓ **Amplie o alcance para além das organizações feministas e de direitos das mulheres** – Estabelecer conexões com outros segmentos da sociedade civil que não se definem necessariamente como feministas, mas atuam em outros temas relevantes, ajuda a transversalizar a perspectiva de gênero em diversas esferas das políticas públicas.
- ✓ **Mobilize a influência das bases eleitorais** – Encoraje membros da coalizão com vínculos comunitários a demonstrarem apoio público à causa, o que pode ser particularmente persuasivo para representantes eleitos.
- ✓ **Mantenha uma comunicação consistente** – Forneça atualizações regulares aos parceiros da coalizão e contatos parlamentares sobre avanços, desafios e oportunidades de engajamento, a fim de manter o impulso e a ação coletiva.
- ✓ **Reconheça e respeite diferentes abordagens** – Organizações da sociedade civil podem adotar estratégias variadas, que vão desde ativismo radical até engajamento institucional. Busque pontos em comum, respeitando também as diferenças de tática.
- ✗ **Não menospreze o papel de assessores parlamentares** – Muitos esforços de ativismo concentram-se apenas em parlamentares, mas ignoram o papel fundamental das e dos assessores, que ajudam a definir prioridades legislativas e gerenciam operações diárias.
- ✗ **Não crie uma rede frouxa e desconexa** – Caso inexista clareza no tocante a funções, estruturas de tomada de decisão e objetivos comuns, as coalizões podem se tornar ineficientes ou fragmentadas.

- ❌ **Não compita por visibilidade ou reconhecimento** – Tensões internas por reconhecimento podem comprometer os esforços coletivos. Priorize o impacto, e não a marca de uma organização específica.
- ❌ **Não se baseie apenas em vozes consolidadas** – Certifique-se de que grupos feministas de base, jovens ativistas e comunidades marginalizadas também possam participar, e não apenas organizações reconhecidas.
- ❌ **Não abandone a coalizão após uma vitória legislativa** – Fortaleça alianças de longo prazo, mantendo uma colaboração contínua em termos de implementação, monitoramento e necessidades de ativismo futuras.



Caso de Sucesso

Em 2021, o Movimento Candlelight surgiu em Trinidad e Tobago após o trágico feminicídio de Andrea Bharrat. Em todo o país, grupos se mobilizaram para organizar vigílias à luz de velas e manifestações públicas, com o objetivo de conscientizar sobre a violência contra as mulheres e a desigualdade de gênero. Como parte do movimento, foi lançada uma petição em defesa de maior proteção para as mulheres, solicitando especificamente a disponibilização de sprays de pimenta como ferramenta de autodefesa para mulheres que atendessem a determinados critérios. A petição reuniu 128.587 assinaturas e foi entregue ao Parlamento. Em resposta, em julho do mesmo ano, foi sancionada a Emenda à Lei de Armas de Fogo nº 7, que, entre outras disposições, legalizou o uso do spray de pimenta.

Faça acompanhamento e mantenha o engajamento

- ✅ **Envie atualizações relevantes e oportunas** – Mantenha as e os parlamentares informados sobre avanços, novos acontecimentos e marcos nos seus esforços de ativismo, especialmente em momentos-chave de uma sessão parlamentar (por exemplo, antes de debates, reuniões de comitês ou votações).
- ✅ **Reconheça seus aliados** – Dê o devido reconhecimento público a parlamentares que adotarem ações favoráveis às questões de gênero, chamando a atenção para seus esforços em fóruns com visibilidade e canais de comunicação como redes sociais, boletins informativos e eventos.
- ✅ **Monitore os resultados de políticas públicas** – Acompanhe como esforços de ativismo se convertem em mudanças políticas e use essas informações para ajustar sua estratégia de ativismo.
- ✅ **Convide parlamentares para eventos** – Envie convites para painéis, mesas redondas ou fóruns comunitários, nos quais parlamentares possam interagir diretamente com partes interessadas e eleitores no que se refere a questões de gênero.
- ❌ **Não entre em contato sem um propósito claro** – Ao contatar parlamentares ou suas equipes, apresente um pedido viável, atualizações pertinentes ou novas ideias, em vez de entrar em contato somente para “dar um alô”.
- ❌ **Não presuma que uma só reunião bastará** – Ativismo requer persistência e engajamento contínuo. Mesmo na ausência de demandas urgentes, prossiga com seus esforços de engajamento para construir relações sólidas.

- ✘ **Não negligencie o acompanhamento** – Após apresentar evidências, mantenha o engajamento ativo por meio de reuniões, resumos de políticas e ativismo público para garantir que o tema permaneça na agenda parlamentar.
- ✘ **Não ignore o momento político e processos parlamentares** – Adote uma abordagem estratégica ao planejar seu cronograma de engajamento levando em conta processos eleitorais, audiências em comissões, ciclos orçamentários e debates legislativos, para garantir que suas demandas recebam a devida atenção.

Caso de Sucesso



Ronelle King, de Barbados, é fundadora da [Vida de Legging: Aliança Caribenha Contra a Violência de Gênero](#). Ela criou uma hashtag para encorajar mulheres a romperem o silêncio sobre a violência sexual, o que deu início à campanha [#LifeinLeggings](#). Essa mobilização levou mulheres da Jamaica, Trinidad e Tobago, Bahamas e outros países do Caribe a compartilharem suas histórias como forma de cobrar a responsabilização dos agressores e conscientizar a sociedade como um todo. Essa poderosa mensagem chamou a atenção de parlamentares caribenhos, incluindo a Ministra do Gabinete do Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago, responsável pelas pastas de Gênero e Assuntos Infantis, que também usou as redes sociais para demonstrar seu apoio à campanha e compartilhar sua experiência pessoal.



Ativismo Legislativo em Sistemas Parlamentares e Presidencialistas

Estratégias de ativismo eficazes devem ser ajustadas de acordo com as especificidades dos sistemas de governo parlamentares e presidencialistas. Embora as principais etapas do processo legislativo possam parecer semelhantes, existem diferenças fundamentais entre esses sistemas, sobretudo no que diz respeito à relação entre os poderes executivo e legislativo, ao mandato de parlamentares eleitos, e ao papel dos partidos de governo e de oposição. Todos esses fatores influenciam a forma como sua organização se envolve com parlamentares.

O processo legislativo em sistemas parlamentares

- 1) **Proposição de projeto de lei:** geralmente é feita pela(o) Primeira(o)-Ministra(o) ou por ministras e ministros de gabinete. No entanto, em muitos países, membros de qualquer uma das câmaras legislativas também podem apresentar projetos. São os chamados “projetos de lei de iniciativa parlamentar”, ainda que a terminologia e os procedimentos específicos variem conforme a jurisdição e possam não ser aplicáveis a todos os tipos de proposições.
- 2) **Primeira leitura:** apresentação formal do projeto de lei à câmara, tornando-o disponível para consulta e análise por parlamentares e pela cidadania.
- 3) **Segunda leitura:** As e os parlamentares debatem os princípios do projeto e votam se ele deve avançar no processo legislativo.
- 4) **Etapas de comissão:** o projeto é analisado por uma comissão parlamentar, formada por membros de diferentes partidos políticos, que examinam o texto cláusula por cláusula, discutem emendas e ouvem especialistas.
- 5) **Etapas de relatório:** o projeto retorna ao plenário, onde as e os parlamentares analisam quaisquer alterações feitas pela comissão e debatem emendas adicionais.
- 6) **Terceira leitura:** as e os parlamentares debatem e votam a versão final do projeto de lei.
- 7) **Segunda câmara (se aplicável):** em parlamentos bicamerais, a segunda câmara também analisa e vota o projeto. Caso haja emendas nessa etapa, o texto retorna à câmara de origem para aprovação.
- 8) **Aprovação final:** para se tornar oficialmente uma lei, o projeto de lei deve receber aprovação final, que pode ocorrer de duas formas:
 - a) Sanção real: Nos países que possuem Governador(a)-Geral (representante da/o monarca), essa figura concede a sanção real ao projeto de lei.
 - b) Sanção presidencial: No caso das repúblicas, a presidenta ou presidente sanciona a lei assinando o projeto de lei.

O processo legislativo em sistemas presidencialistas

- 1) **Proposição de projeto de lei:** membros do Congresso e a presidenta ou presidente podem propor um projeto de lei, embora algumas constituições limitem os temas sobre os quais cada ator pode introduzir legislação. Em alguns países, outros atores também podem apresentar projetos de lei, como é o caso de iniciativas populares apresentadas pela cidadania.
- 2) **Análise em comissão:** O projeto é encaminhado a uma comissão legislativa, que pode fazer recomendações, modificar ou rejeitar o projeto antes que ele avance.
- 3) **Primeiro debate e votação:** O projeto é enviado ao plenário da câmara para debate e votação.
- 4) **Segundo debate e votação (quando aplicável):** se o congresso for bicameral, a segunda câmara debaterá o projeto, podendo aprová-lo, emendá-lo ou rejeitá-lo.
- 5) **Análise presidencial:** nesta etapa, a presidenta ou presidente pode sancionar o projeto, tornando-o lei, ou vetá-lo parcial ou totalmente.
 - a) Em caso de veto, alguns congressos - mas não todos - têm a opção de ajustar o texto e reenviá-lo à presidenta ou presidente, ou de derrubar o veto, o que normalmente requer uma maioria qualificada (por exemplo, dois terços dos votos).

Aspecto-chave	Sistema Parlamentar	Sistema Presidencialista
Quem propõe leis?	Principalmente o governo (Primeira(o)-Ministra(o) ou as ministras e ministros de Gabinete); membros de ambas as casas (em sistemas bicamerais) também podem apresentar projetos de lei	Principalmente as e os legisladores e a presidenta ou presidente
Quem aprova leis?	Parlamento	Congresso
O executivo pode vetar?	Não há veto direto	Sim, veto total ou parcial
O legislativo pode derrubar o veto?	Não há processo de veto	Em alguns países, geralmente com maioria qualificada
Relação entre os poderes legislativo e executivo	Relação próxima, pois a(o) Primeira(o)-Ministra(o) e as ministras e ministros de gabinete fazem parte do partido governante	Separação funcional completa entre os poderes legislativo e executivo

Como montar sua estratégia de ativismo para obter sucesso...

... em sistemas parlamentares

- ⚙️ Em parlamentos que adotam o sistema Westminster, as ministras e ministros de gabinete também são membros eleitos do parlamento ou senadoras e senadores nomeados, o que significa que detêm responsabilidades tanto legislativas quanto executivas. Haja vista o papel central do governo nos processos legislativo e de implementação de políticas, sua estratégia de ativismo deve incluir o engajamento com ministras e ministros de gabinete e assessores-chave que influenciam decisões políticas. Ao mesmo tempo, não negligencie o papel de outros parlamentares, que podem se tornar importantes aliados da sua causa em espaços parlamentares.
- ⚙️ Como os partidos tendem a votar em bloco, procure formas de usar isso a seu favor, especialmente ao se engajar com membros do partido governante.
- ⚙️ Não se esqueça de que partidos de oposição podem apresentar projetos de lei de iniciativa parlamentar e moldar o debate parlamentar.
- ⚙️ Monitore atentamente o clima político e o nível de confiança no governo para antecipar ciclos eleitorais iminentes e questões prioritárias de uma administração futura, além de orientar seu ativismo junto a partidos políticos na formulação de suas plataformas, pois as últimas nortearão ações parlamentares pós-eleição.
- ⚙️ Dado que parlamentares representam circunscrições específicas, estruturar sua mensagem de ativismo com foco na relevância local de uma questão pode ser uma forma particularmente eficaz de conquistar o apoio e engajamento de parlamentares em prol da sua causa.

... em sistemas presidencialistas

- ⚙️ Esteja atenta(o) às dinâmicas políticas nas legislaturas nacionais. Embora a presidenta ou presidente não dependa da confiança de uma maioria no Congresso para se manter no cargo, como ocorre com primeiras-ministras e primeiros-ministros, a formação de coalizões continua sendo essencial, especialmente quando o partido da presidenta ou presidente não detém maioria legislativa. Nesse contexto, a formação de coalizões se torna peça fundamental para o avanço de agendas políticas.
- ⚙️ Se houver risco de veto presidencial a um projeto que você apoia, avalie se existe uma estratégia viável para derrubá-lo e garantir os votos necessários para tal.
- ⚙️ Como a disciplina partidária costuma ser mais fraca nos sistemas presidencialistas, não deixe de abordar congressistas tanto da mesma linha quanto de linhas partidárias diferentes. Da mesma forma, coalizões legislativas tendem a ser instáveis e operam em um cenário político fragmentado, no qual alianças políticas mudam com frequência. Por isso, é essencial acompanhar as dinâmicas das coalizões e analisar que partidos ou legisladoras e legisladores são mais propensos a apoiar sua causa.
- ⚙️ Sistemas presidencialistas são particularmente suscetíveis a impasses legislativos, o que torna ainda mais importante desenvolver uma estratégia de mobilização e comunicação para instar legisladoras e legisladores a agirem.
- ⚙️ Considerando que muitas presidentas e muitos presidentes de países da América Latina possuem poderes para emitir decretos, certas políticas podem ser implementadas sem a necessidade de aprovação legislativa. Mais especificamente, quando o apoio parlamentar for limitado, esforços de ativismo podem se concentrar em convencer o poder executivo a emitir regulamentos, ordens executivas ou mudanças administrativas, em vez de buscar a aprovação de uma nova lei.



Secretaria Internacional do ParlAmericas
703 - 155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá
Telefone: +1 (613) 947-8999
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

